

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : A Crítica

CLASS. : 226

DATA : 12 07 88

PG. : 7

Missionário grato à apuração da Funai

O missionário Egydo Schwade, do CIMI — Conselho Indigenista Missionário — disse em nota enviada à imprensa, que está feliz em saber que o presidente da Funai, Romero Jucá, vai apurar o destino dos 22 mil marcos alemães que "organismos internacionais" teria doado para serem empregados na causa indígena.

Schwade foi acusado por lideranças Waimiri-Atroari de ter desviado os 22 mil marcos para interesses pessoais, assim que foi expulso da área indígena; foi acusado ainda de induzir os índios a permanecerem nus, de forma primitiva, e não comerem comida cozida.

DEVASSA GERAL

"Não menos feliz ficaria se a Funai fizesse uma devassa geral sobre todos os seus bens adquiridos em 25 anos de apoio à luta dos índios pela sua terra, cultura, auto-determinação e pelos seus direitos", diz a nota do missionário do Cimi.

Segundo ele a intenção das autoridades da Funai, no que se refere às críticas à igreja é distrair a opinião pública para se manterem em seus cargos, mesmo após a comprovada corrupção e o desvio de verbas.

O missionário se defende, dizendo que mais

feliz ainda ficaria se o presidente da Funai fizesse semelhante devassa nos recursos recebidos e aplicados pelos seus funcionários na história dos seus 20 anos de anti-indigenismo. "Finalmente exultaria se plicassem os resultados desse inquérito para que a opinião pública pudesse, por exemplo, conhecer mais de perto a ação e recursos dos missionários do Cimi e a que tipo de indigenistas a Nação entregou os índios e seu patrimônio", protesta Schwade.

A nota ainda faz referências à polêmica questão do método de educação empregado pelo missionário na área Waimiri-Atroari. neste caso, o missionário afirma que apenas para exemplificar, os funcionários da Funai conseguiram provocar ao patrimônio desses índios um câncer terrível que entre 1968 a 1971 corroeu 4/5 do seu território.

"Entre 1972 e 1975 fez sumir mais de 2.000 Waimiri-Atroari, sem registrar um só óbito. E em 1981 entregou contra a lei e a Carta Magna 526.800 hectares de terras à empresa de mineração Paranapanema (empresa privada) e à Eletronorte (estatal). Em 1982 permitiu o controle de parte da área a leste da BR-174, a uma empresa privada (Sacopã). Mais recente, deu acesso à mesma Paranapanema, contra o mais recente decreto, ao rio Alalau".